**ANEXO III**

**Instrução Normativa SETCI/CGM Nº 001, de 12 de dezembro de 2022**

***CHECK LISTS***

**Versão: 1.0 – 19.08.2022**

**Sumário**

[01 - CHECK LIST 01 5](#_Toc111808464)

[Bloco: *Licitação* 5](#_Toc111808465)

[Grupo: *Licitação para Aquisição de Bens e Serviços* 5](#_Toc111808466)

[Tipo: *1.1.3 - Pagamento (contratos cujo valor total não ultrapasse os limites do valor da dispensa previsto no art. 75, I e II da Lei nº 14.133/2021)* 5](#_Toc111808467)

[02 - CHECK LIST 02 7](#_Toc111808468)

[Bloco: *Contratação por Sistema de Registro de Preços* 7](#_Toc111808469)

[Grupo: *Contratação Decorrente de Participação /Órgão Participante* 7](#_Toc111808470)

[Tipo: *2.1.1 – Instrução Inicial* 7](#_Toc111808471)

[03 - CHECK LIST 03 8](#_Toc111808472)

[Bloco: *Contratação por Sistema de Registro de Preços* 8](#_Toc111808473)

[Grupo: *Contratação Decorrente de Participação /Órgão Participante* 8](#_Toc111808474)

[Tipo: *2.1.2 –Pagamento* *(contratos cujo valor total não ultrapasse os limites do valor da dispensa previsto no art. 75, I e II da Lei nº 14.133/2021)* 8](#_Toc111808475)

[04 - CHECK LIST 04 11](#_Toc111808476)

[Bloco: *Contratação por Sistema de Registro de Preços* 11](#_Toc111808477)

[Grupo: *Adesão à Atas de Registro de Preços – Órgão Aderente – Ata Interna* 11](#_Toc111808478)

[Tipo: *2.2.2 – Pagamento* *(contratos cujo valor total não ultrapasse os limites do valor da dispensa previsto no art. 75, I e II da Lei nº 14.133/2021)* 11](#_Toc111808479)

[05 - CHECK LIST 05 14](#_Toc111808480)

[Bloco: *Contratação por Sistema de Registro de Preços* 14](#_Toc111808481)

[Grupo: *Adesão à Atas de Registro de Preços – Órgão Aderente – Ata Externa* 14](#_Toc111808482)

[Tipo: *2.3.2 – Pagamento* (*contratos cujo valor total não ultrapasse os limites do valor da dispensa previsto no art. 75, I e II da Lei nº 14.133/2021)* 14](#_Toc111808483)

[06 - CHECK LIST 06 16](#_Toc111808484)

[Bloco: *Contratação Direta* 16](#_Toc111808485)

[Grupo: *Contratação Direta Geral* 16](#_Toc111808486)

[Tipo: *3.1.2 – Pagamento* 16](#_Toc111808487)

[07 - CHECK LIST 07 18](#_Toc111808488)

[Bloco: *Contratação Direta* 18](#_Toc111808489)

[Grupo: *Dispensa de Licitação em Razão do Valor* 18](#_Toc111808490)

[Tipo: *3.2.1* – *Instrução Inicial* 18](#_Toc111808491)

[08 - CHECK LIST 08 20](#_Toc111808492)

[Bloco: *Contratação Direta* 20](#_Toc111808493)

[Grupo: *Dispensa de Licitação em Razão do Valor* 20](#_Toc111808494)

[Tipo: 3.2.2 – *Pagamento* 20](#_Toc111808495)

[09 - CHECK LIST 09 22](#_Toc111808496)

[Bloco: *Contratação Direta* 22](#_Toc111808497)

[Grupo: *Inexigibilidade de Licitação para Locação de Imóvel* 22](#_Toc111808498)

[Tipo: *3.3.2 – Pagamento* 22](#_Toc111808499)

[10 - - CHECK LIST 10 24](#_Toc111808500)

[Bloco: *Contratação Direta* 24](#_Toc111808501)

[Grupo: *Inexigibilidade de Licitação para Contratação de Profissionais do setor artístico* 24](#_Toc111808502)

[Tipo: 3.4.1 – *Instrução Inicial* *(contratos cujo valor total não ultrapasse os limites do valor da dispensa previsto no art. 75, I e II da Lei nº 14.133/2021)* 24](#_Toc111808503)

[11 - CHECK LIST 11 26](#_Toc111808504)

[Bloco: *Contratação Direta* 26](#_Toc111808505)

[Grupo: *Inexigibilidade de Licitação para Contratação de Profissionais do setor artístico* 26](#_Toc111808506)

[Tipo: 3.4.2 – *Pagamento (contratos cujo valor total não ultrapasse os limites do valor da dispensa previsto no art. 75, I e II da Lei nº 14.133/2021)* 26](#_Toc111808507)

[12 - CHECK LIST 12 28](#_Toc111808508)

[Bloco: *Contratação Direta* 28](#_Toc111808509)

[Grupo: *Inexigibilidade de Licitação em Razão do Credenciamento* 28](#_Toc111808510)

[Tipo: 3.5.3 – *Pagamento* 28](#_Toc111808511)

[13 - CHECK LIST 13 30](#_Toc111808512)

[Bloco: *Não Aplicável* 30](#_Toc111808513)

[Grupo: *Taxas* 30](#_Toc111808514)

[Tipo: 5.1.1 – *Execução* 30](#_Toc111808515)

[14 - CHECK LIST 14 32](#_Toc111808516)

[Bloco: *Não Aplicável* 32](#_Toc111808517)

[Grupo: *Diárias* 32](#_Toc111808518)

[Tipo: 5.2.1 – *Execução (concessão de diárias a sevidores)* 32](#_Toc111808519)

[15 - CHECK LIST 15 34](#_Toc111808520)

[Bloco: *Despesas Excepcionais da Secretaria Municipal de Educação – SEMED* 34](#_Toc111808521)

[Grupo: *Gestão Compartilhada* 34](#_Toc111808522)

[Tipo: *6.1.1 – Repasse* 34](#_Toc111808523)

[16 - CHECK LIST 16 36](#_Toc111808524)

[Bloco: *Despesas Excepcionais da Secretaria Municipal da Saúde- SEMUS* 36](#_Toc111808525)

[Grupo: *Credenciamento de Profissionais e Serviços de Saúde* 36](#_Toc111808526)

[Tipo: 7.1.1 – *Contratação* 36](#_Toc111808527)

[17 - CHECK LIST 17 38](#_Toc111808528)

[Bloco: *Despesas Excepcionais da Secretaria Municipal da Saúde – SEMUS* 38](#_Toc111808529)

[Grupo: *Credenciamento de Profissionais e Serviços de Saúde* 38](#_Toc111808530)

[Tipo: 7.1.2 – *Pagamento* 38](#_Toc111808531)

[18 - CHECK LIST 18 39](#_Toc111808532)

[Bloco: *Despesas Excepcionais da Secretaria Municipal da Saúde- SEMUS* 39](#_Toc111808533)

[Grupo: *Demanda Judicial* 39](#_Toc111808534)

[Tipo: 7.2.1 –*Instrução Inicial* 39](#_Toc111808535)

[19 - CHECK LIST 19 41](#_Toc111808536)

[Bloco: *Despesas Excepcionais da Secretaria Municipal da Saúde- SEMUS* 41](#_Toc111808537)

[Grupo: *Demanda Judicial* 41](#_Toc111808538)

[Tipo: *7.2.2 – Pagamento* 41](#_Toc111808539)

|  |  |
| --- | --- |
| **ÓRGÃO/ORIGEM**  |  |
| **PROCESSO Nº** |  |
| **OBJETO** |  |

# 01 - CHECK LIST 01

## Bloco: *Licitação*

## Grupo: *Licitação para Aquisição de Bens e Serviços*

## Tipo: *1.1.3 - Pagamento (contratos cujo valor total não ultrapasse os limites do valor da dispensa previsto no art. 75, I e II da Lei nº 14.133/2021)*

**ANÁLISE DE PROCESSO**

(Instrução Normativa SETCI/CGM Nº 001, de 12 de dezembro de 2022)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **FUNDAMENTO LEGAL** | **S/N/NA** |
| **1** | Consta certificação do Sistema de Controle Interno na fase de homologação | Art. 59, inc. II do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **2** | Consta a devida homologação do certame e publicação | Art. 38, inc. VII da Lei nº 8.666/93 e art. 71, inc. IV da Lei nº 14.1333/2022 |  |
| **3** | Consta a regular emissão da(s) Nota(s) de Empenho que garanta as despesas previstas para o exercício corrente | Art. 12 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 e art. 58 da Lei Federal nº 4.320/1964 |  |
| **4** | Consta a formalização do termo de contrato ou outros instrumentos hábeis a substituição | Art. 62 da Lei nº 8.666/93, art. 95 da Lei nº 14.133/2022, art. 37 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 e art. 38, inc. X da Lei nº 8.666/93 |  |
| **4.1** | Consta publicação do extrato do contrato | Art. 61, parágrafo único, Lei nº 8.666/93 e art. 91 da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **5** | Consta designação de gestores e fiscais de contrato e publicação da Portaria | Art. 67 da Lei nº 8.666/93, art. 117 da Lei nº 14.133/2022 e art. 38 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **6** | Consta comprovação de cadastro do termo de contrato no Software de gestão de contratos | Art. 39, inc. II, 'a' do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **7** | Consta comprovação de envio de informações ao SICAP/TCE | Art. 39, inc. II, 'b' do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **8** | O objeto foi recebido provisoriamente para efeito de verificação da conformidade e definitivamente após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação | Arts. 73 e 74 da Lei 8.666/93 e art. 140 da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **9** | Consta a regular emissão da Nota Fiscal  | Art. 63, § 2º, inc. III da Lei nº 4.320/1964 e art. 15, § 2º, inc. III do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **9.1** | Consta o devido atesto da Nota fiscal  | Art. 15, § 3º, inc. III do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **9.2** | Consta tombamento de bens patrimoniais | Art. 67 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **9.3** | Consta no documento fiscal o número de convênio vinculado à despesa | Lei nº 13.019/2014. |  |
| **10** | Consta laudo de vistoria e aceite do Setor de Informática nos casos de materiais, produtos e bens de tecnologia da informação | Art. 67, parágrafo único do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **11** | Consta relatório de fiscalização emitido pelo fiscal de contrato, quanto ao acompanhamento da execução do contrato | Art. 67, § 1º da Lei nº 8.666/93, art. 117, § 1º da Lei nº 14.133/2022 e art. 39, inc. I do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **12** | Consta a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada | Art. 55, inc. XIII da Lei nº 8.666/93 e art. 92, inc. XVI da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **13** | Consta a regular emissão da Nota de Liquidação | Art. 15 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 e art. 62 e 63 da Lei nº 4.320/1964 |  |
| **13.1** | Consta autorização de pagamento do Ordenador de Despesas | Art. 19 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 e art. 64 da Lei Federal nº 4.320/1964 |  |
| **14** | Consta comprovação de recolhimento, por parte da contratada das obrigações trabalhistas e previdenciárias | Art. 71 da Lei nº 8.666/93 e art. 121 da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **15** | As alterações contratuais em decorrência de acréscimos ou diminuição quantitativa do objeto foram devidamente aprovadas pelo jurídico e formalizadas pelo órgão demandante | Art. 37 e 61 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **15.1** | O reajuste de preços obedeceu o prazo mínimo estipulado por lei. | Art. 40, inciso XI e art. 55, inciso III, da Lei nº 8.666/1993 e art. 25, § 7º da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **15.2** | Consta a formalização de apostila nos casos previstos em lei | Art. 65, § 8º da Lei nº 8.666/1993 e art. 136 da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **15.3** | Em se tratando de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, houve aprovação jurídica quanto aos requisitos previstos em lei nos casos de recomposição dos preços contratados  | Art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93, art. 124, inc. II, alínea ‘d’ da Lei nº 14.133/2022 e Art. 37 e 61 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **16** | Consta publicação do extrato do aditivo na imprensa oficial | Art. 61, parágrafo único, Lei nº 8.666/93 e art. 91 da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **17** | Consta comprovação de inserção das informações no SICAP-LCO referente ao aditivo | Art. 39, inc. II, alínea ‘b’ do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |

**Legenda: S = Sim; N = Não; NA = Não se Aplica.**

|  |
| --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(nome do servidor)(Cargo) |

|  |  |
| --- | --- |
| **ÓRGÃO/ORIGEM**  |  |
| **PROCESSO Nº** |  |
| **OBJETO** |  |
| **ATA Nº** |  |

# 02 - CHECK LIST 02

## Bloco: *Contratação por Sistema de Registro de Preços*

## Grupo: *Contratação Decorrente de Participação /Órgão Participante*

## Tipo: *2.1.1 – Instrução Inicial*

**ANÁLISE DE PROCESSO**

(Instrução Normativa SETCI/CGM Nº 001, de 12 de dezembro de 2022)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **FUNDAMENTO LEGAL** | **S/N/NA** |
| **1** | Consta Solicitação/requisição do objeto pela área demandante acompanhada do Termo de Referência com as especificações técnicas dos bens ou serviços, estimativa dos quantitativos a serem contratados pela UG  | Arts. 33 e 57, inc, I do Decreto Municipal nº 1.031/2015 e Nota de Orientação Técnica – SETCI/CGM N° 003/2020 |  |
| **2** | Consta indicação dos recursos orçamentários para atender a despesa | Art. 10 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **3** | A autoridade competente justificou a necessidade da contratação | Item 4 do anexo I ao Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **4** | Consta cópia integral do edital de licitação e seus anexos | Nota de Orientação Técnica – SETCI/CGM N° 003/2020 |  |
| **5** | Consta cópia da proposta final do licitante vencedor para os itens registrados em ata  | Nota de Orientação Técnica – SETCI/CGM N° 003/2020 |  |
| **6** | Consta cópia dos documentos de habilitação do licitante vencedor quando da habilitação no certame e atualizações supervenientes | Nota de Orientação Técnica – SETCI/CGM N° 003/2020 |  |
| **7** | Consta manifestação do Sistema de controle Interno sobre a homologação do certame | Nota de Orientação Técnica – SETCI/CGM N° 003/2020 |  |
| **8** | Consta cópia do Termo de Homologação relativo aos itens registrados | Nota de Orientação Técnica – SETCI/CGM N° 003/2020 |  |
| **9** | Consta cópia da Ata de Registro de Preços | Nota de Orientação Técnica – SETCI/CGM N° 003/2020 |  |
| **10** | Consta cópia da publicação da Ata na imprensa oficial comprovando sua vigência | Nota de Orientação Técnica – SETCI/CGM N° 003/2020 |  |
| **11** | Consta cópia dos documentos atualizados de habilitação do licitante vencedor | Art. 55, XIII da Lei Federal nº 8.666/93 e Nota de Orientação Técnica – SETCI/CGM N° 003/2020 |  |
| **12** | Consta a regular emissão da(s) Nota(s) de Reserva(s) | Art. 11, § 1º do Decreto Municipal nº 1.031/2015 e Art. 60 da Lei Federal nº 4.320/1964 |  |

**Legenda: S = Sim; N = Não; NA = Não se Aplica.**

|  |
| --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(nome do servidor)(Cargo) |

|  |  |
| --- | --- |
| **ÓRGÃO/ORIGEM**  |  |
| **PROCESSO Nº** |  |
| **OBJETO** |  |
| **ATA Nº** |  |

# 03 ­- CHECK LIST 03

## Bloco: *Contratação por Sistema de Registro de Preços*

## Grupo: *Contratação Decorrente de Participação /Órgão Participante*

## Tipo: *2.1.2 –Pagamento* *(contratos cujo valor total não ultrapasse os limites do valor da dispensa previsto no art. 75, I e II da Lei nº 14.133/2021)*

**ANÁLISE DE PROCESSO**

(Instrução Normativa SETCI/CGM Nº 001, de 12 de dezembro de 2022)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **FUNDAMENTO LEGAL** | **S/N/NA** |
| **1** | Consta comprovação da viabilidade econômica dos preços registrados | Art. 9º, inc. XI c/c arts. 17 e 18 do Decreto Municipal nº 946/2015 |  |
| **2** | Consta Planilha de Controle de Saldo de Ata de Registro de Preços a cada nova aquisição ou contratação de serviços | Nota de Orientação Técnica – SETCI/CGM N° 003/2020 |  |
| **3** | Consta a regular emissão da(s) Nota(s) de Empenho que garanta as despesas previstas para o exercício corrente | Art. 12 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 e art. 58 da Lei Federal nº 4.320/1964 |  |
| **4** | Consta a formalização do termo de contrato ou outros instrumentos hábeis a substituição | Art. 62 da Lei nº 8.666/93, art. 95 da Lei nº 14.133/2022, art. 37 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 e art. 38, inc. X da Lei nº 8.666/93 |  |
| **4.1** | Consta publicação do extrato do contrato | Art. 61, parágrafo único, Lei nº 8.666/93 e art. 91 da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **5** | Consta designação de gestores e fiscais de contrato e publicação da Portaria | Art. 67 da Lei nº 8.666/93, art. 117 da Lei nº 14.133/2022 e art. 38 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **6** | Consta comprovação de cadastro do termo de contrato no Software de gestão de contratos | Art. 39, inc. II, ‘a’ do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **7** | Consta comprovação de envio de informações ao SICAP/TCE | Art. 39, inc. II, ‘b’ do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **8** | O objeto foi recebido provisoriamente para efeito de verificação da conformidade e definitivamente após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação | Arts. 73 e 74 da Lei 8.666/93 e art. 140 da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **9** | Consta a regular emissão da Nota Fiscal  | Art. 63, § 2º, inc. III da Lei nº 4.320/1964 e art. 15, § 2º, inc. III do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **9.1** | Consta o devido atesto da Nota fiscal  | Art. 15, § 3º, inc. III do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **9.2** | Consta tombamento de bens patrimoniais | Art. 67 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **9.3** | Consta no documento fiscal o número de convênio vinculado à despesa | Lei nº 13.019/2014. |  |
| **10** | Consta laudo de vistoria e aceite do Setor de Informática nos casos de materiais, produtos e bens de tecnologia da informação | Art. 67, parágrafo único do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **11** | Consta relatório de fiscalização emitido pelo fiscal de contrato, quanto o acompanhamento da execução do contrato | Art. 67, § 1º da Lei nº 8.666/93, art. 117, § 1º da Lei nº 14.133/2022 e art. 39, inc. I do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **12** | Consta a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada | Art. 55, inc. XIII da Lei nº 8.666/93 e art. 92, inc. XVI da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **13** | Consta a regular emissão da Nota de Liquidação | Art. 15 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 e art. 62 e 63 da Lei Federal nº 4.320/1964 |  |
| **13.1** | Consta autorização de pagamento do Ordenador de Despesas | Art. 19 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 e art. 64 da Lei Federal nº 4.320/1964 |  |
| **14** | Consta comprovação de recolhimento, por parte da contratada das obrigações trabalhistas e previdenciárias | Art. 71 da Lei nº 8.666/93 e art. 121 da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **15** | As alterações contratuais em decorrência de acréscimos ou diminuição quantitativa do objeto foram devidamente aprovadas pelo jurídico e formalizadas pelo órgão demandante | Art. 37 e 61 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **15.1** | O reajuste de preços obedeceu o prazo mínimo estipulado por lei. | Art. 40, inciso XI e art. 55, inciso III, da Lei nº 8.666/1993 e art. 25, § 7º da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **15.2** | Consta a formalização de apostila nos casos previstos em lei | Art. 65, § 8º da Lei nº 8.666/1993 e art. 136 da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **15.3** | Em se tratando de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, houve aprovação jurídica quanto aos requisitos previstos em lei nos casos de recomposição dos preços contratados  | Art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93, art. 124, inc. II, alínea ‘d’ da Lei nº 14.133/2022 e Art. 37 e 61 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **16** | Consta publicação do extrato do aditivo na imprensa oficial | Art. 61, parágrafo único, Lei nº 8.666/93 e art. 91 da Lei nº 14.133/2022 |  |
| 17 | Consta comprovação de inserção das informações no SICAP-LCO referente ao aditivo | Art. 39, inc. II, alínea ‘b’ do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |

**Legenda: S = Sim; N = Não; NA = Não se Aplica.**

|  |
| --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(nome do servidor)(Cargo) |

|  |  |
| --- | --- |
| **ÓRGÃO/ORIGEM**  |  |
| **PROCESSO Nº** |  |
| **OBJETO** |  |
| **ATA Nº** |  |

# 04 - CHECK LIST 04

## Bloco: *Contratação por Sistema de Registro de Preços*

## Grupo: *Adesão à Atas de Registro de Preços – Órgão Aderente – Ata Interna*

## Tipo: *2.2.2 – Pagamento* *(contratos cujo valor total não ultrapasse os limites do valor da dispensa previsto no art. 75, I e II da Lei nº 14.133/2021)*

**ANÁLISE DE PROCESSO**

(Instrução Normativa SETCI/CGM Nº 001, de 12 de dezembro de 2022)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **FUNDAMENTO LEGAL** | **S/N/NA** |
| **1** | Consta certificação do Sistema de Controle Interno na fase de instrução inicial do processo | Art. 59, inc. I do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **2** | Consta Planilha de Controle de Saldo de Ata de Registro de Preços a cada nova aquisição ou contratação de serviços | Art. 9º, inc. II do Decreto Municipal nº 946/2015 |  |
| **3** | Consta a regular emissão da(s) Nota(s) de Empenho que garanta as despesas previstas para o exercício corrente | Art. 12 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 e art. 58 da Lei Federal nº 4.320/1964 |  |
| **4** | Consta a formalização do termo de contrato ou outros instrumentos hábeis a substituição | Art. 62 da Lei nº 8.666/93, art. 95 da Lei nº 14.133/2022, art. 37 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 e art. 38, inc. X da Lei nº 8.666/93 |  |
| **4.1** | Consta publicação do extrato do contrato | Art. 61, parágrafo único, Lei nº 8.666/93 e art. 91 da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **5** | A efetivação da aquisição ou contratação, após a autorização do órgão gerenciador, ocorreu dentro do prazo estipulado em lei | Art. 22, § 6º do Decreto Municipal nº 946/2015 |  |
| **6** | Consta designação de gestores e fiscais de contrato e publicação da Portaria | Art. 67 da Lei nº 8.666/93, art. 117 da Lei nº 14.133/2022 e art. 38 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **7** | Consta comprovação de cadastro do termo de contrato no Software de gestão de contratos | Art. 39, inc. II, ‘a’ do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **8** | Consta comprovação de envio de informações ao SICAP/TCE | Art. 39, inc. II, ‘b’ do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **9** | O objeto foi recebido provisoriamente para efeito de verificação da conformidade e definitivamente após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação | Arts. 73 e 74 da Lei 8.666/93 e art. 140 da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **9.1** | Consta a regular emissão da Nota Fiscal  | Art. 63, § 2º, inc. III da Lei nº 4.320/1964 e art. 15, § 2º, inc. III do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **9.2** | Consta o devido atesto da Nota fiscal  | Art. 15, § 3º, inc. III do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **9.3** | Consta tombamento de bens patrimoniais | Art. 67 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **10** | Consta no documento fiscal o número de convênio vinculado à despesa | Lei nº 13.019/2014. |  |
| **11** | Consta laudo de vistoria e aceite do Setor de Informática nos casos de materiais, produtos e bens de tecnologia da informação | Art. 67, parágrafo único do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **12** | Consta relatório de fiscalização emitido pelo fiscal de contrato, quanto o acompanhamento da execução do contrato | Art. 67, § 1º da Lei nº 8.666/93, art. 117, § 1º da Lei nº 14.133/2022 e art. 39, inc. I do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **13** | Consta a comprovação da Regularidade fiscal e trabalhista da contratada | Art. 55, inc. XIII da Lei nº 8.666/93 e art. 92, inc. XVI da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **13.1** | Consta a regular emissão da Nota de Liquidação | Art. 15 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 e art. 62 e 63 da Lei Federal nº 4.320/1964 |  |
| **14** | Consta autorização de pagamento do Ordenador de Despesas | Art. 19 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 e art. 64 da Lei Federal nº 4.320/1964 |  |
| **15** | Consta comprovação de recolhimento, por parte da contratada das obrigações trabalhistas e previdenciárias | Art. 71 da Lei nº 8.666/93 e art. 121 da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **15.1** | As alterações contratuais em decorrência de acréscimos ou diminuição quantitativa do objeto foram devidamente aprovadas pelo jurídico e formalizadas pelo órgão demandante | Art. 37 e 61 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **15.2** | O reajuste de preços obedeceu o prazo mínimo estipulado por lei. | Art. 40, inciso XI e art. 55, inciso III, da Lei nº 8.666/1993 e art. 25, § 7º da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **15.3** | Consta a formalização de apostila nos casos previstos em lei | Art. 65, § 8º da Lei nº 8.666/1993 e art. 136 da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **16** | Em se tratando de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, houve aprovação jurídica quanto aos requisitos previstos em lei nos casos de recomposição dos preços contratados  | Art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93, art. 124, inc. II, alínea ‘d’ da Lei nº 14.133/2022 e Art. 37 e 61 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **17** | Consta publicação do extrato do aditivo na imprensa oficial | Art. 61, parágrafo único, Lei nº 8.666/93 e art. 91 da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **18** | Consta comprovação de inserção das informações no SICAP-LCO referente ao aditivo | Art. 39, inc. II, alínea ‘b’ do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |

**Legenda: S = Sim; N = Não; NA = Não se Aplica.**

|  |
| --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(nome do servidor)(Cargo) |

|  |  |
| --- | --- |
| **ÓRGÃO/ORIGEM**  |  |
| **PROCESSO Nº** |  |
| **OBJETO** |  |
| **ATA Nº** |  |

# 05 - CHECK LIST 05

## Bloco: *Contratação por Sistema de Registro de Preços*

## Grupo: *Adesão à Atas de Registro de Preços – Órgão Aderente – Ata Externa*

## Tipo: *2.3.2 – Pagamento* (*contratos cujo valor total não ultrapasse os limites do valor da dispensa previsto no art. 75, I e II da Lei nº 14.133/2021)*

**ANÁLISE DE PROCESSO**

(Instrução Normativa SETCI/CGM Nº 001, de 12 de dezembro de 2022)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **FUNDAMENTO LEGAL** | **S/N/NA** |
| **1** | Consta certificação do Sistema de Controle Interno na fase de instrução inicial do processo | Art. 59, inc. I do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **2** | Consta Planilha de Controle de Saldo de Ata de Registro de Preços a cada nova aquisição ou contratação de serviços | Verificar a legislação específica do órgão gerenciador, condições previstas no edital de licitação e respectiva ata de registro de preços  |  |
| **3** | Consta a regular emissão da(s) Nota(s) de Empenho que garanta as despesas previstas para o exercício corrente | Art. 12 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 e art. 58 da Lei Federal nº 4.320/1964 |  |
| **4** | Consta a formalização do termo de contrato ou outros instrumentos hábeis a substituição | Art. 62 da Lei nº 8.666/93, art. 95 da Lei nº 14.133/2022, art. 37 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 e art. 38, inc. X da Lei nº 8.666/93 |  |
| **4.1** | Consta publicação do extrato do contrato | Art. 61, parágrafo único, Lei nº 8.666/93 e art. 91 da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **5** | A efetivação da aquisição ou contratação, após a autorização do órgão gerenciador, ocorreu dentro do prazo estipulado em lei | Verificar a legislação específica do órgão gerenciador da ata de registro de preços |  |
| **6** | Consta designação de gestores e fiscais de contrato e publicação da Portaria | Art. 67 da Lei nº 8.666/93, art. 117 da Lei nº 14.133/2022 e art. 38 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **7** | Consta comprovação de cadastro do termo de contrato no Software de gestão de contratos | Art. 39, inc. II, ‘a’ do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **8** | Consta comprovação de envio de informações ao SICAP/TCE | Art. 39, inc. II, ‘b’ do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **9** | O objeto foi recebido provisoriamente para efeito de verificação da conformidade e definitivamente após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação | Arts. 73 e 74 da Lei 8.666/93 e art. 140 da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **9.1** | Consta a regular emissão da Nota Fiscal  | Art. 63, § 2º, inc. III da Lei nº 4.320/1964 e art. 15, § 2º, inc. III do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **9.2** | Consta o devido atesto da Nota fiscal  | Art. 15, § 3º, inc. III do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **9.3** | Consta tombamento de bens patrimoniais | Art. 67 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **10** | Consta no documento fiscal o número de convênio vinculado à despesa | Lei nº 13.019/2014. |  |
| **11** | Consta laudo de vistoria e aceite do Setor de Informática nos casos de materiais, produtos e bens de tecnologia da informação | Art. 67, parágrafo único do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **12** | Consta relatório de fiscalização emitido pelo fiscal de contrato, quanto o acompanhamento da execução do contrato | Art. 67, § 1º da Lei nº 8.666/93, art. 117, § 1º da Lei nº 14.133/2022 e art. 39, inc. I do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **13** | Consta a comprovação da Regularidade fiscal e trabalhista da contratada | Art. 55, inc. XIII da Lei nº 8.666/93 e art. 92, inc. XVI da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **13.1** | Consta a regular emissão da Nota de Liquidação | Art. 15 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 e art. 62 e 63 da Lei Federal nº 4.320/1964 |  |
| **14** | Consta autorização de pagamento do Ordenador de Despesas | Art. 19 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 e art. 64 da Lei Federal nº 4.320/1964 |  |
| **15** | Consta comprovação de recolhimento, por parte da contratada das obrigações trabalhistas e previdenciárias | Art. 71 da Lei nº 8.666/93 e art. 121 da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **15.1** | As alterações contratuais em decorrência de acréscimos ou diminuição quantitativa do objeto foram devidamente aprovadas pelo jurídico e formalizadas pelo órgão demandante | Art. 37 e 61 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **15.2** | O reajuste de preços obedeceu o prazo mínimo estipulado por lei. | Art. 40, inciso XI e art. 55, inciso III, da Lei nº 8.666/1993 e art. 25, § 7º da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **15.3** | Consta a formalização de apostila nos casos previstos em lei | Art. 65, § 8º da Lei nº 8.666/1993 e art. 136 da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **16** | Em se tratando de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, houve aprovação jurídica quanto aos requisitos previstos em lei nos casos de recomposição dos preços contratados  | Art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93, art. 124, inc. II, alínea ‘d’ da Lei nº 14.133/2022 e Art. 37 e 61 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **17** | Consta publicação do extrato do aditivo na imprensa oficial | Art. 61, parágrafo único, Lei nº 8.666/93 e art. 91 da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **18** | Consta comprovação de inserção das informações no SICAP-LCO referente ao aditivo | Art. 39, inc. II, alínea ‘b’ do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |

**Legenda: S = Sim; N = Não; NA = Não se Aplica.**

|  |
| --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(nome do servidor)(Cargo) |

|  |  |
| --- | --- |
| **ÓRGÃO/ORIGEM**  |  |
| **PROCESSO Nº** |  |
| **OBJETO** |  |

# 06 - CHECK LIST 06

## Bloco: *Contratação Direta*

## Grupo: *Contratação Direta Geral*

## Tipo: *3.1.2 – Pagamento*

**ANÁLISE DE PROCESSO**

(Instrução Normativa SETCI/CGM Nº 001, de 12 de dezembro de 2022)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **FUNDAMENTO LEGAL** | **S/N/NA** |
| **1** | Consta certificação do Sistema de Controle Interno na fase de instrução inicial do processo | Art. 59, inc. I do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **2** | Consta Parecer do órgão jurídico sobre a minuta de contrato, quando aplicável? | Art. 37 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **3** | Consta a publicação do Despacho de Inexigibilidade ou Dispensa de licitação? | Art. 24 e 25 da Lei nº 8.666/93, Art. 74 e 75 da Lei nº 14.133/21 |  |
| **4** | Consta a regular emissão da(s) Nota(s) de Empenho que garanta as despesas previstas para o exercício corrente | Art. 12 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 e art. 58 da Lei Federal nº 4.320/1964 |  |
| **5** | Consta a formalização do termo de contrato ou outros instrumentos hábeis a substituição | Art. 62 da Lei nº 8.666/93, art. 95 da Lei nº 14.133/2022, art. 37 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 e art. 38, inc. X da Lei nº 8.666/93 |  |
| **5.1** | Consta publicação do extrato do contrato | Art. 61, parágrafo único, Lei nº 8.666/93 e art. 91 da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **6** | Consta designação de gestores e fiscais de contrato e publicação da Portaria | Art. 67 da Lei nº 8.666/93, art. 117 da Lei nº 14.133/2022 e art. 38 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **7** | Consta comprovação de cadastro do termo de contrato no Software de gestão de contratos | Art. 39, inc. II, ‘a’ do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **8** | Consta comprovação de envio de informações ao SICAP/TCE | Art. 39, inc. II, ‘b’ do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **9** | O objeto foi recebido provisoriamente para efeito de verificação da conformidade e definitivamente após a verificação da qualidade e quantidade do material ou serviço e consequente aceitação. | Arts. 73 e 74 da Lei 8.666/93 e art. 140 da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **10** | Consta a regular emissão da Nota Fiscal  | Art. 63, § 2º, inc. III da Lei nº 4.320/1964 e art. 15, § 2º, inc. III do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **10.1** | Consta o devido atesto da Nota fiscal  | Art. 15, § 3º, inc. III do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **10.2** | Consta tombamento de bens patrimoniais | Art. 67 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **11** | Consta laudo de vistoria e aceite do Setor de Informática nos casos de materiais, produtos e bens de tecnologia da informação | Art. 67, parágrafo único do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **12** | Consta relatório de fiscalização emitido pelo fiscal de contrato, quanto o acompanhamento da execução do contrato | Art. 67, § 1º da Lei nº 8.666/93, art. 117, § 1º da Lei nº 14.133/2022 e art. 39, inc. I do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **13** | Consta a comprovação da Regularidade fiscal e trabalhista da contratada | Art. 55, inc. XIII da Lei nº 8.666/93 e art. 92, inc. XVI da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **14** | Consta a regular emissão da Nota de Liquidação | Art. 15 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 e art. 62 e 63 da Lei Federal nº 4.320/1964 |  |
| **15** | Consta autorização de pagamento do Ordenador de Despesas | Art. 19 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 e art. 64 da Lei Federal nº 4.320/1964 |  |
| **16** | Consta comprovação de recolhimento, por parte da contratada das obrigações trabalhistas e previdenciárias | Art. 71 da Lei nº 8.666/93 e art. 121 da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **17** | As alterações contratuais em decorrência de acréscimos ou diminuição quantitativa do objeto foram devidamente aprovadas pelo jurídico e formalizadas pelo órgão demandante | Art. 37 e 61 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **18** | O reajuste de preços obedeceu o prazo mínimo estipulado por lei. | Art. 40, inciso XI e art. 55, inciso III, da Lei nº 8.666/1993 e art. 25, § 7º da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **18.1** | Consta a formalização de apostila nos casos previstos em lei | Art. 65, § 8º da Lei nº 8.666/1993 e art. 136 da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **19** | Em se tratando de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, houve aprovação jurídica quanto aos requisitos previstos em lei nos casos de recomposição dos preços contratados  | Art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93, art. 124, inc. II, alínea ‘d’ da Lei nº 14.133/2022 e Art. 37 e 61 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **20** | Consta publicação do extrato do aditivo na imprensa oficial | Art. 61, parágrafo único, Lei nº 8.666/93 e art. 91 da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **21** | Consta comprovação de inserção das informações no SICAP-LCO referente ao aditivo | Art. 39, inc. II, alínea ‘b’ do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |

**Legenda: S = Sim; N = Não; NA = Não se Aplica.**

|  |
| --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(nome do servidor)(Cargo) |

|  |  |
| --- | --- |
| **ÓRGÃO/ORIGEM**  |  |
| **PROCESSO Nº** |  |
| **OBJETO** |  |

# 07 - CHECK LIST 07

## Bloco: *Contratação Direta*

## Grupo: *Dispensa de Licitação em Razão do Valor*

## Tipo: *3.2.1* – *Instrução Inicial*

**ANÁLISE DE PROCESSO**

(Instrução Normativa SETCI/CGM Nº 001, de 12 de dezembro de 2022)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **FUNDAMENTO LEGAL** | **S/N/NA** |
| **1** | Consta Solicitação/Requisição do objeto pela área demandante com a solicitação da demanda | Tabela C, etapa 1.1.1. do Anexo II ao Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **2** | Foi realizada a estimativa dos valores da despesa a ser realizada | Art. 72, II e art. 23 da Lei 14.133/2021, c/c Art. 34 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **3** | Nos casos que por limitação do mercado não for possível obter no mínimo de três cotações, consta justificativa do ordenador de despesa. | Art. 34, § 5º do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **4** | Consta nos processos relativos a obras e serviços de engenharia os valores estimativos orçados no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI ou Sistema de Custos Referenciais de Obras Rodoviárias – SICRO | Art. 34, § 6º do Decreto Municipal nº 1.031/2016 |  |
| **5** | Consta documentação de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor e melhor proposta | Art. 27 da Lei nº 8.666/93 e art. 62 da Lei nº 14.133/2021 |  |
| **6** | Consta a comprovação de que o contratado preenche os requisitos de capacidade técnica mínimos necessários | Art. 27 da Lei nº 8.666/93 e art. 62 da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **7** | Consta justificativa quanto a razão da escolha do fornecedor ou executante  | Art. 72, inc. VI da Lei nº 14.133/2021 |  |
| **8** | Consta justificativa dos preços | Art. 72, inc. VII da Lei nº 14.133/2021 |  |
| **9** | Consta como condição prévia à contratação do fornecedor a existência de eventuais proibições de contratar com a Administração Pública | Art. 22 da Lei Federal nº 12.846/2013 |  |
| **10** | Consta Termo de Referência devidamente preenchido e assinado pelos responsáveis | Art. 33 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **11** | Em se tratando de processos de despesa de bens e serviços em tecnologia da informação, consta projeto básico elaborado ou convalidado pela AGTEC | Art. 46, § 2º do Decreto Municipal nº 1.031/2016 |  |
| **12** | Consta a regular emissão da(s) Nota(s) de Reserva(s) | Art. 11, § 1º do Decreto Municipal nº 1.031/2015 e Art. 60 da Lei Federal nº 4.320/1964 |  |
| **13** | Consta Minuta de Despacho de Dispensa e minuta de contrato, quando for o caso | Art. 38, parágrafo único da Lei nº 8.666/93 e art. 72, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021 |  |
| **14** | Consta justificativa para não utilização de processamento eletrônico, antes do Despacho de Dispensa | Art. 36 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |

**Legenda: S = Sim; N = Não; NA = Não se Aplica.**

|  |
| --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(nome do servidor)(Cargo) |

|  |  |
| --- | --- |
| **ÓRGÃO/ORIGEM**  |  |
| **PROCESSO Nº** |  |
| **OBJETO** |  |

# 08 - CHECK LIST 08

## Bloco: *Contratação Direta*

## Grupo: *Dispensa de Licitação em Razão do Valor*

## Tipo: 3.2.2 – *Pagamento*

**ANÁLISE DE PROCESSO**

(Instrução Normativa SETCI/CGM Nº 001, de 12 de dezembro de 2022)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **FUNDAMENTO LEGAL** | **S/N/NA** |
| **1** | Consta Parecer do órgão jurídico sobre a minuta de contrato, quando aplicável? | Art. 37 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **2** | Consta a regular emissão da(s) Nota(s) de Empenho que garanta as despesas previstas para o exercício corrente | Art. 12 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 e art. 58 da Lei Federal nº 4.320/1964 |  |
| **3** | Consta a formalização do termo de contrato ou outros instrumentos hábeis a substituição | Art. 62 da Lei nº 8.666/93, art. 95 da Lei nº 14.133/2022, art. 37 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 e art. 38, inc. X da Lei nº 8.666/93 |  |
| **3.1** | Consta publicação do extrato do contrato | Art. 61, parágrafo único, Lei nº 8.666/93 e art. 91 da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **4** | Consta designação de gestores e fiscais de contrato e publicação da Portaria | Art. 67 da Lei nº 8.666/93, art. 117 da Lei nº 14.133/2022 e art. 38 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **5** | Consta comprovação de cadastro do termo de contrato no Software de gestão de contratos | Art. 39, inc. II, ‘a’ do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **6** | O objeto foi recebido provisoriamente para efeito de verificação da conformidade e definitivamente após a verificação da qualidade e quantidade do material ou serviço e consequente aceitação. | Arts. 73 e 74 da Lei 8.666/93 e art. 140 da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **6.1** | Consta a regular emissão da Nota Fiscal  | Art. 63, § 2º, inc. III da Lei nº 4.320/1964 e art. 15, § 2º, inc. III do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **6.2** | Consta o devido atesto da Nota fiscal  | Art. 15, § 3º, inc. III do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **6.3** | Consta tombamento de bens patrimoniais | Art. 67 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **7** | Consta laudo de vistoria e aceite do Setor de Informática nos casos de materiais, produtos e bens de tecnologia da informação | Art. 67, parágrafo único do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **8** | Consta relatório de fiscalização emitido pelo fiscal de contrato, quanto o acompanhamento da execução do contrato | Art. 67, § 1º da Lei nº 8.666/93, art. 117, § 1º da Lei nº 14.133/2022 e art. 39, inc. I do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **9** | Consta a comprovação da Regularidade fiscal e trabalhista da contratada | Art. 55, inc. XIII da Lei nº 8.666/93 e art. 92, inc. XVI da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **10** | Consta a regular emissão da Nota de Liquidação | Art. 15 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 e art. 62 e 63 da Lei Federal nº 4.320/1964 |  |
| **11** | Consta autorização de pagamento do Ordenador de Despesas | Art. 19 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 e art. 64 da Lei Federal nº 4.320/1964 |  |
| **12** | As alterações contratuais em decorrência de acréscimos ou diminuição quantitativa do objeto foram devidamente aprovadas pelo jurídico e formalizadas pelo órgão demandante | Art. 37 e 61 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **12.1** | O reajuste de preços obedeceu o prazo mínimo estipulado por lei. | Art. 40, inciso XI e art. 55, inciso III, da Lei nº 8.666/1993 e art. 25, § 7º da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **12.2** | Consta a formalização de apostila nos casos previstos em lei | Art. 65, § 8º da Lei nº 8.666/1993 e art. 136 da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **12.3** | Em se tratando de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, houve aprovação jurídica quanto aos requisitos previstos em lei nos casos de recomposição dos preços contratados  | Art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93, art. 124, inc. II, alínea ‘d’ da Lei nº 14.133/2022 e Art. 37 e 61 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **13** | Consta publicação do extrato do aditivo na imprensa oficial | Art. 61, parágrafo único, Lei nº 8.666/93 e art. 91 da Lei nº 14.133/2022 |  |

**Legenda: S = Sim; N = Não; NA = Não se Aplica.**

|  |
| --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(nome do servidor)(Cargo) |

|  |  |
| --- | --- |
| **ÓRGÃO/ORIGEM**  |  |
| **PROCESSO Nº** |  |
| **OBJETO** |  |

# 09 - CHECK LIST 09

## Bloco: *Contratação Direta*

## Grupo: *Inexigibilidade de Licitação para Locação de Imóvel*

## Tipo: *3.3.2 – Pagamento*

**ANÁLISE DE PROCESSO**

(Instrução Normativa SETCI/CGM Nº 001, de 12 de dezembro de 2022)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **FUNDAMENTO LEGAL** | **S/N/NA** |
| **1** | Consta certificação do Sistema de Controle Interno na fase de instrução inicial do processo | Art. 59, inc. I do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **2** | Consta Parecer do órgão jurídico sobre a minuta de contrato? | Art. 37 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **3** | Consta a regular emissão da(s) Nota(s) de Empenho que garanta as despesas previstas para o exercício corrente | Art. 12 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 e art. 58 da Lei Federal nº 4.320/1964 |  |
| **4** | Consta a formalização do termo de contrato. | Art. 62 da Lei nº 8.666/93, art. 95 da Lei nº 14.133/2022, art. 37 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 e art. 38, inc. X da Lei nº 8.666/93 |  |
| **4.1** | Consta publicação do extrato do contrato | Art. 61, parágrafo único, Lei nº 8.666/93 e art. 91 da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **4** | Consta designação de gestores e fiscais de contrato e publicação da Portaria | Art. 67 da Lei nº 8.666/93, art. 117 da Lei nº 14.133/2022 e art. 38 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **5** | Consta comprovação de cadastro do termo de contrato no Software de gestão de contratos | Art. 39, inc. II, ‘a’ do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **6** | Consta comprovação de envio de informações ao SICAP/TCE | Art. 39, inc. II, ‘b’ do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **7** | Consta a regular emissão da Nota Fiscal e/ou Recibo de Locação? | Art. 63, § 2º, inc. III da Lei nº 4.320/1964 e art. 15, § 2º, inc. III do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **7.1** | Consta o devido atesto da Nota Fiscal e/ou Recibo de Locação? | Art. 15, § 3º, inc. III do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **8** | Consta relatório de fiscalização emitido pelo fiscal de contrato, quanto o acompanhamento da execução do contrato | Art. 67, § 1º da Lei nº 8.666/93, art. 117, § 1º da Lei nº 14.133/2022 e art. 39, inc. I do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **9** | Consta a comprovação da Regularidade fiscal e trabalhista da contratada | Art. 55, inc. XIII da Lei nº 8.666/93 e art. 92, inc. XVI da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **10** | Consta a regular emissão da Nota de Liquidação | Art. 15 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 e art. 62 e 63 da Lei Federal nº 4.320/1964 |  |
| **11** | Consta autorização de pagamento do Ordenador de Despesas | Art. 19 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 e art. 64 da Lei Federal nº 4.320/1964 |  |
| **12** | As alterações contratuais em decorrência de prorrogação da vigência foram devidamente aprovadas pelo jurídico e formalizadas pelo órgão demandante | Art. 37 e 61 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **12.1** | O reajuste de preços obedeceu o prazo mínimo estipulado por lei. | Art. 40, inciso XI e art. 55, inciso III, da Lei nº 8.666/1993 e art. 25, § 7º da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **12.2** | Consta a formalização de apostila nos casos previstos em lei | Art. 65, § 8º da Lei nº 8.666/1993 e art. 136 da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **12.3** | Consta publicação do extrato do aditivo na imprensa oficial | Art. 61, parágrafo único, Lei nº 8.666/93 e art. 91 da Lei nº 14.133/2022 |  |

**Legenda: S = Sim; N = Não; NA = Não se Aplica.**

|  |
| --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(nome do servidor)(Cargo) |

|  |  |
| --- | --- |
| **ÓRGÃO/ORIGEM**  |  |
| **PROCESSO Nº** |  |
| **OBJETO** |  |

# 10 - - CHECK LIST 10

## Bloco: *Contratação Direta*

## Grupo: *Inexigibilidade de Licitação para Contratação de Profissionais do setor artístico*

## Tipo: 3.4.1 – *Instrução Inicial* *(contratos cujo valor total não ultrapasse os limites do valor da dispensa previsto no art. 75, I e II da Lei nº 14.133/2021)*

**ANÁLISE DE PROCESSO**

(Instrução Normativa SETCI/CGM Nº 001, de 12 de dezembro de 2022)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **FUNDAMENTO LEGAL** | **S/N/NA** |
| 1 | Consta Solicitação/Requisição do objeto pela área demandante com a solicitação da demanda | Tabela C, etapa 1.1.1. do Anexo II ao Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| 2 | Consta a proposta do empresário exclusivo do artista, acompanhado de contrato de exclusividade de representação entre o artista e seu empresário | § 2º do art. 74 da Lei nº 14.133/2021 |  |
| 3 | Consta comprovação de compatibilidade da proposta com o valor de mercado do artista | Orientação Normativa n. 17/2009 do TCU e Acórdão 2.993/18 – Plenário TCU |  |
| 4 | Consta release e clipping de mídia sobre o artista da proposta, que comprove ser ele consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública | Parágrafo Único do art. 26 da Lei nº 8.666/93 e art. 72, VI da Lei nº 14.133/2021 |  |
| 5 | Consta documentação de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista do empresário exclusivo | Art. 27 da Lei nº 8.666/93 e art. 62 da Lei nº 14.133/2021 |  |
| 6 | Consta como condição prévia à contratação do fornecedor a existência de eventuais proibições de contratar com a Administração Pública | Art. 22 da Lei Federal nº 12.846/2013 |  |
| 7 | Consta justificativa quanto a razão da escolha do artista consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública | Parágrafo Único do art. 26 da Lei nº 8.666/93 e art. 72, VI da Lei nº 14.133/2021 |  |
| 8 | Consta Termo de Referência devidamente preenchido e assinado pelos responsáveis | Art. 33 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| 9 | Consta a regular emissão da(s) Nota(s) de Reserva(s) | Art. 11, § 1º do Decreto Municipal nº 1.031/2015 e Art. 60 da Lei Federal nº 4.320/1964 |  |
| 10 | Consta Minuta de Despacho de Inexigibilidade e minuta de contrato | Art. 38, parágrafo único da Lei nº 8.666/93 e art. 72, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021 |  |

**Legenda: S = Sim; N = Não; NA = Não se Aplica.**

|  |
| --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(nome do servidor)(Cargo) |

|  |  |
| --- | --- |
| **ÓRGÃO/ORIGEM**  |  |
| **PROCESSO Nº** |  |
| **OBJETO** |  |

# 11 - CHECK LIST 11

## Bloco: *Contratação Direta*

## Grupo: *Inexigibilidade de Licitação para Contratação de Profissionais do setor artístico*

## Tipo: 3.4.2 – *Pagamento (contratos cujo valor total não ultrapasse os limites do valor da dispensa previsto no art. 75, I e II da Lei nº 14.133/2021)*

**ANÁLISE DE PROCESSO**

(Instrução Normativa SETCI/CGM Nº 001, de 12 de dezembro de 2022)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **FUNDAMENTO LEGAL** | **S/N/NA** |
| 1 | Consta Parecer do órgão jurídico sobre a minuta de contrato? | Art. 37 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| 2 | Consta a publicação do Despacho de Inexigibilidade de licitação? | Art. 25, III da Lei nº 8.666/93, Art. 74, II da Lei nº 14.133/21 |  |
| 3 | Consta a regular emissão da(s) Nota(s) de Empenho que garanta as despesas previstas para o exercício corrente | Art. 12 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 e art. 58 da Lei Federal nº 4.320/1964 |  |
| 4 | Consta a formalização do termo de contrato ou outros instrumentos hábeis a substituição | Art. 62 da Lei nº 8.666/93, art. 95 da Lei nº 14.133/2022, art. 37 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 e art. 38, inc. X da Lei nº 8.666/93 |  |
| 4.1 | Consta publicação do extrato do contrato | Art. 61, parágrafo único, Lei nº 8.666/93 e art. 91 da Lei nº 14.133/2022 |  |
| 5 | Consta designação de gestores e fiscais de contrato e publicação da Portaria | Art. 67 da Lei nº 8.666/93, art. 117 da Lei nº 14.133/2022 e art. 38 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| 6 | Consta comprovação de cadastro do termo de contrato no Software de gestão de contratos | Art. 39, inc. II, ‘a’ do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| 7 | Consta comprovação de envio de informações ao SICAP/TCE | Art. 39, inc. II, ‘b’ do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| 8 | Consta a regular emissão da Nota Fiscal  | Art. 63, § 2º, inc. III da Lei nº 4.320/1964 e art. 15, § 2º, inc. III do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| 8.1 | Consta o devido atesto da Nota fiscal  | Art. 15, § 3º, inc. III do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| 9 | Consta relatório de fiscalização emitido pelo fiscal de contrato, quanto o acompanhamento da execução do contrato | Art. 67, § 1º da Lei nº 8.666/93, art. 117, § 1º da Lei nº 14.133/2022 e art. 39, inc. I do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| 10 | Consta a comprovação da Regularidade fiscal e trabalhista da contratada | Art. 55, inc. XIII da Lei nº 8.666/93 e art. 92, inc. XVI da Lei nº 14.133/2022 |  |
| 11 | Consta a regular emissão da Nota de Liquidação | Art. 15 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 e art. 62 e 63 da Lei Federal nº 4.320/1964 |  |
| 12 | Consta autorização de pagamento do Ordenador de Despesas | Art. 19 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 e art. 64 da Lei Federal nº 4.320/1964 |  |

**Legenda: S = Sim; N = Não; NA = Não se Aplica.**

|  |
| --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(nome do servidor)(Cargo) |

|  |  |
| --- | --- |
| **ÓRGÃO/ORIGEM**  |  |
| **PROCESSO Nº** |  |
| **OBJETO** |  |

# 12 - CHECK LIST 12

## Bloco: *Contratação Direta*

## Grupo: *Inexigibilidade de Licitação em Razão do Credenciamento*

## Tipo: 3.5.3 – *Pagamento*

**ANÁLISE DE PROCESSO**

(Instrução Normativa SETCI/CGM Nº 001, de 12 de dezembro de 2022)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **FUNDAMENTO LEGAL** | **S/N/NA** |
| **1** | Consta certificação do Sistema de Controle Interno na fase de instrução inicial do processo | Art. 59, inc. I do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **2** | Consta a regular emissão da(s) Nota(s) de Empenho que garanta as despesas previstas para o exercício corrente | Art. 12 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 e art. 58 da Lei Federal nº 4.320/1964 |  |
| **3** | Consta a formalização do termo de contrato ou outros instrumentos hábeis a substituição | Art. 62 da Lei nº 8.666/93, art. 95 da Lei nº 14.133/2022, art. 37 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 e art. 38, inc. X da Lei nº 8.666/93 |  |
| **3.1** | Consta publicação do extrato do contrato | Art. 61, parágrafo único, Lei nº 8.666/93 e art. 91 da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **4** | Consta designação de gestores e fiscais de contrato e publicação da Portaria | Art. 67 da Lei nº 8.666/93, art. 117 da Lei nº 14.133/2022 e art. 38 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **5** | Consta comprovação de cadastro do termo de contrato no Software de gestão de contratos | Art. 39, inc. II, ‘a’ do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **6** | Consta comprovação de envio de informações ao SICAP/TCE | Art. 39, inc. II, ‘b’ do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **7** | Consta a regular emissão da Nota Fiscal  | Art. 63, § 2º, inc. III da Lei nº 4.320/1964 e art. 15, § 2º, inc. III do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **7.1** | Consta o devido atesto da Nota fiscal  | Art. 15, § 3º, inc. III do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **8** | Consta relatório de fiscalização emitido pelo fiscal de contrato, quanto o acompanhamento da execução do contrato | Art. 67, § 1º da Lei nº 8.666/93, art. 117, § 1º da Lei nº 14.133/2022 e art. 39, inc. I do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **9** | Consta a comprovação da Regularidade fiscal e trabalhista da contratada | Art. 55, inc. XIII da Lei nº 8.666/93 e art. 92, inc. XVI da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **10** | Consta a regular emissão da Nota de Liquidação | Art. 15 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 e art. 62 e 63 da Lei Federal nº 4.320/1964 |  |
| **11** | Consta autorização de pagamento do Ordenador de Despesas | Art. 19 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 e art. 64 da Lei Federal nº 4.320/1964 |  |
| **12** | Consta comprovação de recolhimento, por parte da contratada das obrigações trabalhistas e previdenciárias | Art. 71 da Lei nº 8.666/93 e art. 121 da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **13** | As alterações contratuais em decorrência de acréscimos ou diminuição quantitativa do objeto foram devidamente aprovadas pelo jurídico e formalizadas pelo órgão demandante | Art. 37 e 61 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **14** | O reajuste de preços obedeceu o prazo mínimo estipulado por lei. | Art. 40, inciso XI e art. 55, inciso III, da Lei nº 8.666/1993 e art. 25, § 7º da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **14.1** | Consta a formalização de apostila nos casos previstos em lei | Art. 65, § 8º da Lei nº 8.666/1993 e art. 136 da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **15** | Em se tratando de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, houve aprovação jurídica quanto aos requisitos previstos em lei nos casos de recomposição dos preços contratados  | Art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93, art. 124, inc. II, alínea ‘d’ da Lei nº 14.133/2022 e Art. 37 e 61 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **16** | Consta publicação do extrato do aditivo na imprensa oficial | Art. 61, parágrafo único, Lei nº 8.666/93 e art. 91 da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **17** | Consta comprovação de inserção das informações no SICAP-LCO referente ao aditivo | Art. 39, inc. II, alínea ‘b’ do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |

**Legenda: S = Sim; N = Não; NA = Não se Aplica.**

|  |
| --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(nome do servidor)(Cargo) |

|  |  |
| --- | --- |
| **ÓRGÃO/ORIGEM**  |  |
| **PROCESSO Nº** |  |
| **OBJETO** |  |

# 13 - CHECK LIST 13

## Bloco: *Não Aplicável*

## Grupo: *Taxas*

## Tipo: 5.1.1 – *Execução*

**ANÁLISE DE PROCESSO**

(Instrução Normativa SETCI/CGM Nº 001, de 12 de dezembro de 2022)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **FUNDAMENTO LEGAL** | **S/N/NA** |
| **1** | O processo foi devidamente autuado, protocolado, com a numeração sequencial, rubrica das páginas e com o máximo de 300 (trezentas) folhas? | Art. 32 do Decreto nº. 1.031/2015. |  |
| **2** | Os campos do Termo de Referência – Anexo I ao Decreto nº. 1.031/2015 foram devidamente preenchidos e assinados pelos respectivos responsáveis? | Instrução de Preenchimento do Anexo I ao Decreto nº. 1.031/2015. |  |
| **3** | Consta Justificativa com o objetivo a que se pretende alcançar a importância a necessidade, a indicação da legislação aplicável (Leis, Decretos, Resoluções, Portarias, e outras) que institui e regulamenta a obrigação tributária, bem como, daquelas que fixam os valores de cobranças da(s) taxa(s), a depender do caso, devidamente aprovada pelo gestor da pasta? | Campo 4 do Anexo I, do Decreto nº 1.031/2015. |  |
| **4** | Constam nos autos os documentos Entidade emissora da taxa, considerados necessários para a emissão da nota de empenho, como CNPJ, documentos pessoais do representante legal do Conselho, dados bancários, dentre outros? | Seção II – Da Habilitação da Lei nº. 8.666/93? |  |
| **5** | Constam nos autos a relação nominal dos servidores lotados na Unidade Orçamentária Demandante que ocupam cargos e funções abrangidas pela fiscalização de Classe, incluindo o Nº. de matrícula, data de admissão, vínculo, cargo, função, nº de registro profissional do respectivo Conselho de Classe, quando couber? | Nota de Orientação Técnica – SETCI/CGM nº. 004/2020 |  |
| **6** | Constam nos autos a relação dos veículos com as respectivas cópias dos Certificados de Registro de Licenciamento de Veículos Automotor, para os casos de despesa com taxas e impostos do Detran?  | De forma subsidiária, Nota de Orientação Técnica – SETCI/CGM nº. 004/2020 |  |
| **7** | Consta o preenchimento nos campos destinados a previsão orçamentária e classificação da despesa da solicitação de compras de bens e serviços/termo de referência de acordo com o MTO, com informação correta da dotação orçamentária, natureza da despesa, fonte, ficha e subitem? | Campo 6 do Anexo I, do Decreto nº 1.031/2015. |  |
| **8** | Foi utilizada o elemento de despesa 47 – Obrigações Tributárias e Contributivas?  | Manual Técnico de Orçamento. |  |
| **9** | Consta nos autos o Despacho de Autorização da realização da Despesa emitido pelo Ordenador de Despesa, conforme Anexo I da Nota de Orientação Técnica – SETCI/CGM nº. 004/2020 | Nota de Orientação Técnica – SETCI/CGM nº. 004/2020 |  |
| **10** | Conta regularidade fiscal e trabalhista do órgão emissor da taxa? | Inciso II, artigo 21 do Decreto nº. 1.031/2015, combinado com o parágrafo único, inciso I do referido artigo. |  |
| **11** | Há Nota de Empenho, emitida de forma prévia, com a devida classificação quanto ao tipo, conforme for caso? | Artigo 11 do Decreto nº. 1.031/2015. |  |
| **12** | Consta Despacho publicado no diário oficial correspondente à fonte de recurso que custeará a despesa? | Nota de Orientação Técnica – SETCI/CGM nº. 004/2020 |  |
| **13** | Houve a publicação de portaria com a designação de servidor responsável pela fiscalização da execução da despesa? | Nota de Orientação Técnica – SETCI/CGM nº. 004/2020 |  |
| **14** | Há relatório de aprovação da execução da despesa a cada fase de pagamento, aprovando a sua regularidade, contendo, dentre outras informações, a relação das guias de cobranças, com finalidade e valor? | Alínea “k”, inciso I, artigo 39 do Decreto nº. 1.031/2015. |  |
| **15** | O documento de cobrança, guia/boleto/outros, foi devidamente atestado por servidor competente? | Artigo 66 do Decreto nº. 1.031/2015. |  |
| **16** | A nota de liquidação foi autorizada pelo Ordenador de Despesa e assinada pelo responsável pelo setor financeiro da pasta? | Inciso VII e VIII, artigo 6º combinado com o artigo 19 do Decreto nº. 1.031/2015. |  |
| **17** | Consta o comprovante de recolhimento da taxa, anexado em folha devidamente numerada sequencialmente com a rubrica do servidor responsável? | Nota de Orientação Técnica – SETCI/CGM nº. 004/2020 combinado com o inciso II do artigo 32 do Decreto nº 1.031/2015. |  |
| **18** | Consta relatório consolidado que ateste a efetividade e o alcance do objetivo inerente a despesa realizada? | Alínea “k”, inciso I, artigo 39 do Decreto nº. 1.031/2015. |  |

**Legenda: S = Sim; N = Não; NA = Não se Aplica.**

|  |
| --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(nome do servidor)(Cargo) |

|  |  |
| --- | --- |
| **ÓRGÃO/ORIGEM**  |  |
| **PROCESSO Nº** |  |
| **OBJETO** |  |

# 14 - CHECK LIST 14

## Bloco: *Não Aplicável*

## Grupo: *Diárias*

## Tipo: 5.2.1 – *Execução (concessão de diárias a sevidores)*

**ANÁLISE DE PROCESSO**

(Instrução Normativa SETCI/CGM Nº 001, de 12 de dezembro de 2022)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **FUNDAMENTO LEGAL** | **S/N/NA** |
| **1** | O processo foi devidamente autuado, protocolado, com a numeração sequencial, rubrica das páginas e com o máximo de 300 (trezentas) folhas? | Artigo 32 do Decreto nº. 1.031/2015. |  |
| **2** | Os campos do Termo de Referência – Anexo I ao Decreto nº. 1.031/2015 foram devidamente preenchidos e assinados pelos respectivos responsáveis? | Instrução de Preenchimento do Anexo I ao Decreto nº. 1.031/2015. |  |
| **3** | Consta nas solicitações de diárias para colaboradores eventuais, o convite prévio e designação feita pelo Chefe do Poder Executivo? | Parágrafo único, artigo 1º do Decreto nº 2.238/2022. |  |
| **4** | Consta autorização do Ordenador de Despesa na solicitação de diárias ou a quem for delegada tal competência? | Artigo 3 do Decreto nº 2.238/2022 |  |
| **5** | Consta o Formulário de Solicitação de Diárias? | Anexo I ao Decreto nº 2.238/2022 |  |
| **6** | Quanto ao prazo de solicitação de diárias, houve a formalização com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência da data inicial do afastamento? | §1º do artigo 3 do Decreto nº 2.238/2022. |  |
| **7** | Consta documento oficial do evento que comprove a data e horário da realização? | §3º do artigo 3 do Decreto nº 2.238/2022. |  |
| **8** | Foi observado a condição de pernoite fora da sede para a concessão de diária integral, bem como a condição de retorno ou necessidade de alimentação com a concessão de 50% do valor da diária? | § 1º do artigo 4 do Decreto nº. 2.238/2022. |  |
| **9** | Foi utilizada o valor da UFIP (Unidade Fiscal de Palmas) do ano corrente para cálculo do valor da diária? | Anexo II ao Decreto nº 2.238/2022 |  |
| **10** | Consta justificativa expressa com os motivos para os casos de concessão de diárias com início na sexta-feira e/ou que inclua sábado, domingo e feriado? | § 3º do artigo 4 do Decreto nº. 2.238/2022. |  |
| **11** | A nota de empenho foi emitida de forma prévia à viagem?  | Artigo 11 do Decreto nº. 1.031/2015. |  |
| **12** | A Nota de empenho foi emitida com o tipo ordinário para pagamento único e antecipado, ou estimado para parcelado. | Lei 4.320/64;Incisos I e II do art. 11 do Decreto nº. 1.031/2015.Inciso II do art. 11 do decreto nº 2.238/2022 |  |
| **13** | Foi utilizada a seguinte classificação da despesa por natureza:Diária para Servidor:3.3.9.0.14 – Diárias Pessoal Civil: Diárias no País ou Diárias no Exterior | Manual Técnico Orçamentário |  |
| **14** | Consta Nota de Liquidação com o histórico devidamente preenchido? | Art. 18 do Decreto nº. 1.031/2015 |  |
| **15** | Consta nos autos o relatório de viagem apresentado pelo servidor, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis após retorno à sede? | Artigo 13 do Decreto nº. 2.238/2022.Anexo III ao Decreto nº 2.238/2022 |  |
| **16** | Consta a aprovação do relatório de viagem pela chefia imediata, exceto quando os relatórios apresentados são dos dirigentes máximos dos órgãos? | Inciso II e § 5º do Artigo 13 do Decreto nº. 2.238/2022. |  |
| **17** | Constam como anexo ao Relatório de Viagem cópias de: comprovante de passagem aérea ou terrestre, participação no evento; comprovantes de utilização de meios de transportes para locomoção urbana; comprovante da devolução dos recursos financeiros pelo retorno antecipado; dentre outros. | Inciso I do Artigo 13 do Decreto nº. 2.238/2022. |  |
| **18** | Consta documento comprobatório da participação no evento ou da prestação de serviço (certificado de participação, lista de presença, documento de registro de participação em reuniões e eventos), nos casos que couber?  | Princípio da transparência. |  |

**Legenda: S = Sim; N = Não; NA = Não se Aplica.**

|  |
| --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(nome do servidor)(Cargo) |

|  |  |
| --- | --- |
| **ÓRGÃO/ORIGEM**  |  |
| **PROCESSO Nº** |  |
| **OBJETO** |  |

# 15 - CHECK LIST 15

## Bloco: *Despesas Excepcionais da Secretaria Municipal de Educação – SEMED*

## Grupo: *Gestão Compartilhada*

## Tipo: *6.1.1 – Repasse*

**ANÁLISE DE PROCESSO**

(Instrução Normativa SETCI/CGM Nº 001, de 12 de dezembro de 2022)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **FUNDAMENTO LEGAL** | **S/N/NA** |
| **1** | Há, nos autos, comprovação dos cálculos, atualizados, dos valores a serem repassados com base na quantidade de alunos e em observância aos critérios estabelecidos em lei própria? | Art. 4º da Lei Municipal nº 1256/2003; art. 4º da Lei Municipal nº. 1210/2003 e art. 6º da Resolução Federal nº 6/2020 |  |
| **2** | As unidades beneficiárias apresentaram tempestivamente o plano de trabalho contendo as demandas nos limites das despesas estabelecidas em lei? | Art. 2º, parágrafo único da Lei Municipal nº. 1256/2003 e Lei Municipal nº. 1210/2003 |  |
| **3** | A associação beneficiária dos recursos, apresentou a documentação mínima exigida em lei? | Art. 6º da Lei Municipal nº 1256/2003 e da Lei Municipal nº 1210/2003  |  |
| **4** | As demandas apresentadas se enquadram dentre as despesas elencadas na lei própria? | Art. 4º, §§ 4º, 5º e 6º da Lei Municipal nº 1256/2003 e Art. 4º e parágrafos da Lei Municipal nº. 1210/2003 |  |
| **5** | Houve a publicação de portaria com a indicação da unidade escolar beneficiária e o respectivo cronograma de desembolso? | Art. 4º, § 3º da Lei Municipal nº. 1256/2003 e art. 2º, parágrafo único da Lei Municipal nº. 1210/2003 |  |
| **6** | A nota de empenho e o respectivo repasse ocorreram tempestivamente? | Art. 58 e 60 da Lei Federal nº. 4.320/1964. |  |
| **7** | Os recursos financeiros foram aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira oficial ou fundo de investimentos, enquanto não utilizados? | Art. 8º da Lei Municipal nº. 1256/2003 e art. 15 da Lei Municipal nº. 1210/2003 |  |
| **8** | Os pagamentos realizados observaram as regras estabelecidas em lei? | Art. 9º da Lei Municipal nº. 1256/2003 e art. 16 da Lei Municipal nº. 1210/2003 |  |
| **9** | Os saldos dos recursos financeiros foram reprogramados para o próximo exercício financeiro? | Art. 10 da Lei Municipal nº. 1256/2003 e art. 17 da Lei Municipal nº. 1210/2003 |  |
| **10** | A aplicação dos recursos foram acompanhados / fiscalizados / auditados pela SEMED, e quando couber pelo Conselho Municipal de Alimentação Escolar, no decorrer do exercício financeiro? | Arts. 11 e 12 da Lei Municipal nº. 1256/2003 e arts. 18 e 19 da Lei Municipal nº. 1210/2003  |  |
| **11** | A aplicação dos recursos obedeceu aos regramentos inerentes a administração pública?  | Art. 2, parágrafo único da Lei Municipal nº. 1256/2003 e da Lei nº. 1210/2003; Decreto nº. 1.031/2015; Lei nº. 8.666/93 e/ou Lei 14.133/2021. |  |
| **12** | A aplicação dos recursos limitou-se ao objeto do programa? | Art. 1º, parágrafo único da Lei Municipal nº. 1256/2003 e da Lei Municipal nº 1210/2003 |  |
| **13** | A apresentação da prestação de contas observou o prazo estabelecido em lei? | Art. 13 da Lei nº. 1256/2003 e art. 20, § 1º da Lei Municipal nº. 1210/2003  |  |
| **14** | Os documentos inerentes a prestação de contas exaure a documentação mínima exigida em lei?  | Art. 13 da Lei Municipal nº. 1256/2003 e art. 20, § 2º ao 7º da Lei Municipal nº. 1210/2003 |  |
| **15** | As prestações de contas estão devidamente armazenadas pelo período mínimo exigido em lei? | Art. 13, § 1º da Lei Municipal nº. 1256/2003 e art. 20, § 8º da Lei Municipal nº. 1210/2003 |  |
| **16** | Consta parecer conclusivo do Conselho Fiscal da Unidade Executora a respeito da prestação de contas apresentada pela associação beneficiária? | Art. 13, inc. XIII da Lei nº. 1256/2003 e art. 20, § 3º, inc. I da Lei Municipal nº. 1210/2003 |  |
| **17** | Há para o corrente exercício financeiro programação da realização de inspeções e/ou acompanhamento, por amostragem, dos processos de prestação de contas. | Art. 11, parágrafo único da Lei nº. 1256/2003 e art. 18 e 19 da Lei Municipal nº. 1210/2003 |  |

**Legenda: S = Sim; N = Não; NA = Não se Aplica.**

|  |
| --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(nome do servidor)(Cargo) |

|  |  |
| --- | --- |
| **ÓRGÃO/ORIGEM**  |  |
| **PROCESSO Nº** |  |
| **OBJETO** |  |

# 16 - CHECK LIST 16

## Bloco: *Despesas Excepcionais da Secretaria Municipal da Saúde- SEMUS*

## Grupo: *Credenciamento de Profissionais e Serviços de Saúde*

## Tipo: 7.1.1 – *Contratação*

**ANÁLISE DE PROCESSO**

(Instrução Normativa SETCI/CGM Nº 001, de 12 de dezembro de 2022)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **FUNDAMENTO LEGAL** | **S/N/NA** |
| **1** | O processo foi devidamente autuado, protocolado, com a numeração sequencial, rubrica das páginas e com o máximo de 300 (trezentas) folhas? | Artigo 32 do Decreto nº. 1.031/2015. |  |
| **2** | Os campos do Termo de Referência – Anexo I ao Decreto nº. 1.031/2015 foram devidamente preenchidos e assinados pelos respectivos responsáveis? | Instrução de Preenchimento do Anexo I ao Decreto nº. 1.031/2015. |  |
| **3** | Consta Justificativa com o objetivo a que se pretende alcançar, a importância a necessidade, a indicação da legislação aplicável (Leis, Decretos, Resoluções, Portarias e outras) que institui e regulamenta o credenciamento de profissionais de saúde e serviços de saúde, devidamente aprovada pelo gestor da pasta? | Campo 4 do Anexo I, do Decreto nº 1.031/2015. |  |
| **4** | Consta Edital de Chamamento Público aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde? | §1º, Art.1º da Lei Municipal nº 1.689/2009 |  |
| **5** | O Edital de Chamamento Público foi submetido a parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município?  | Art. 61 do Decreto nº 1.031/2015 e Parágrafo Único do Art.38 da Lei nº 8666/93. |  |
| **6** | Há comprovantes de publicação do Edital de Chamamento Público no D.O.M, D.O.E, D.O.U e Jornal de grande circulação? | Incisos I, II e III do Art.21, da Lei nº 8666/93 |  |
| **7** | Consta a designação da Comissão responsável pelo recebimento, análise e julgamento das propostas e da documentação de habilitação exigida no edital de credenciamento? | Inciso III, Art.38 da Lei nº 8666/93. |  |
| **8** | O processo contém a documentação de habilitação mínima exigida para o credenciamento? | Edital do credenciamento, Art.27 da Lei nº 8666/93, Art.2º da Lei nº 1689/2009 e inciso III, Art.4º da IN/SMS nº 01/2005, publicada no D.O.E n° 1.843, pág.24 e modificada pela IN/SESAU nº 01/2014, publicada no D.O.M nº 1040 |  |
| **9** | Há documento com a deliberação do resultado de julgamento pela Comissão de julgamento? | incisos V, VI, Art.38 da Lei nº 8666/93 |  |
| **10** | Consta o ato de homologação pela autoridade contratante e em conformidade com edital de credenciamento?  |  Edital do Credenciamento, inciso VII, Art.38 da Lei nº 8666/93 |  |
| **11** | Foi dado publicidade ao ato de homologação? |  inciso VII, Art.38 da Lei nº 8666/93 |  |
| **12** | Consta a Nota de Reserva Orçamentária?  | Inciso III, do Art.6º e Arts.10 e §1º do Art.11, ambos do Decreto nº 1.031/2015. |  |
| **13** | No ato de assinatura do termo de credenciamento a entidade/empresa mantém em dias, vigentes, as condições da regularidade fiscal, trabalhista e outros documentos exigidos no edital? | Art. 21 do Decreto nº 1.031/2015. |  |
| **14** | Previamente à assinatura do termo de credenciamento consta a Nota de Empenho – NE, tipo estimativo, autorizada pelo ordenador de despesa?  | Inciso V, Art.6º e o Caput do Artigo 11, ambos do Decreto nº 1.031/2015 e Arts. 58 e 60 da Lei nº 4.320/64. |  |
| **15** | O Contrato/Termo de Credenciamento está devidamente assinado pelo ordenador de despesa e por representante legal da credenciada/contratada? | Seção II, Capítulo III, da Lei n° 8666/93 |  |
| **16** | O extrato do Termo de Credenciamento/contrato foi publicado no Diário Oficial do Município, do Estado e da União, conforme o caso? | Parágrafo Único do Art. 61, da Lei nº 8666/93 |  |
| **17** | Dados do Credenciamento foram informados no SICAP/LCO/TCE/TO e no Software de Gestão de Contratos do Município? | Instrução Normativa TCE/TO nº 3, de 20 de setembro de 2017 e Decreto Municipal nº 1373/2017. |  |
| **18** | O ordenador de despesa, por intermédio de publicação de Portaria no D.O.M designou os fiscais e gestores do contrato/credenciamento?  | Art. 38 do Decreto nº. 1.031/2015 e Art.67 da Lei nº 8666/93 |  |

**Legenda: S = Sim; N = Não; NA = Não se Aplica.**

|  |
| --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(nome do servidor)(Cargo) |

|  |  |
| --- | --- |
| **ÓRGÃO/ORIGEM**  |  |
| **PROCESSO Nº** |  |
| **OBJETO** |  |

# 17 - CHECK LIST 17

## Bloco: *Despesas Excepcionais da Secretaria Municipal da Saúde – SEMUS*

## Grupo: *Credenciamento de Profissionais e Serviços de Saúde*

## Tipo: 7.1.2 – *Pagamento*

**ANÁLISE DE PROCESSO**

(Instrução Normativa SETCI/CGM Nº 001, de 12 de dezembro de 2022)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **FUNDAMENTO LEGAL** | **S/N/NA** |
| **1** | Há relatório de fiscalização contratual de forma prévia a cada fase de pagamento, aprovando a regularidade da execução da despesa, bem como, contendo as informações pertinentes ao pagamento pleiteado, com a relação da(s) nota fiscal(s) emitida(s), finalidade(s), valor(es), saldo da nota de empenho, valor total já executado, dentre outras informações importantes para demonstrar a efetividade ou não da despesa? | Alínea “k”, inciso I, artigo 39 do Decreto nº. 1.031/2015 e §1º do Art.67 da Lei nº 8666/93.  |  |
| **2** | A Nota Fiscal emitida pela contratada/credenciada está preenchida com dados de identificação do tomador, discriminação dos serviços, valor, destaque dos tributos a reter na fonte e com o atesto do(s) servidor(s) responsável pela fiscalização do(s) serviço(s). | Anexo II ao Decreto nº 1.031/2015 e Art.63 da Lei nº 4.320/64 |  |
| **3** | A Nota de Liquidação está assinada pelo responsável pelo setor financeiro da pasta? | Inciso VII, Art. 6º do Decreto nº. 1.031/2015. |  |
| **4** | Na Nota de Liquidação, autorização de pagamento, foi assinada pelo ordenador de despesas ou quem ele delegar? | Inciso VIII, Art. 6º do Decreto nº. 1.031/2015 e Art.64 da Lei nº 4.320/64 |  |
| **5** | Os comprovantes de pagamento – Nota de Pagamento e de retenção e recolhimento de tributos estão anexos nos autos, em folha devidamente numerada sequencialmente com a rubrica de seu responsável? | Inciso IX, Art.6º do Decreto nº 1.031/2015 e Art.65 da Lei nº 4.320/64 |  |

**Legenda: S = Sim; N = Não; NA = Não se Aplica.**

|  |
| --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(nome do servidor)(Cargo) |

|  |  |
| --- | --- |
| **ÓRGÃO/ORIGEM**  |  |
| **PROCESSO Nº** |  |
| **OBJETO** |  |

# 18 - CHECK LIST 18

## Bloco: *Despesas Excepcionais da Secretaria Municipal da Saúde- SEMUS*

## Grupo: *Demanda Judicial*

## Tipo: 7.2.1 –*Instrução Inicial*

**ANÁLISE DE PROCESSO**

(Instrução Normativa SETCI/CGM Nº 001, de 12 de dezembro de 2022)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **FUNDAMENTO LEGAL** | **S/N/NA** |
| **1** | Consta Solicitação/requisição do objeto pela área demandante com a solicitação da demanda | Tabela C, etapa 1.1.1. do Anexo II ao Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **2** | Consta Termo de Referência devidamente preenchido e assinado pelos responsáveis | Art. 33 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **3** | Consta autorização para abertura do processo com as devidas justificativas do Ordenador de despesa para a realização de dispensa emergencial com a comprovação dos requisitos de urgência previstos na legislação específica | Art. 24, inc. IV e art. 26, parágrafo único, inc. I da Lei nº 8.666/93 e art. 75 inc. VIII da Lei nº 14.1333/2021 |  |
| **4** | Consta justificativa que a dispensa de licitação baseada na emergência se limita a adquirir o indispensável ao afastamento do risco | Acórdão TCU nº 6439/2015- Primeira Câmara  |  |
| **5** | Em caso de ordem judicial que exija atendimento prolongado (que ultrapasse o prazo previsto em lei) foram adotadas as providências necessárias para a instauração de procedimento licitatório | Art. 2º da Lei nº 8.666/93; art. 1º e art. 75, § 6º da Lei nº 14.133/2021 |  |
| **6** | Consta justificativa do Gestor quanto a existência ou não de Ata de Registro de preços vigente com os bens que pretende adquirir ou contrato em vigor que atenda a demanda  | - |  |
| **7** | Consta a comprovação de prévia pesquisa dos bens em estoque | Nota de Orientação Técnica – SETCI/CGM N° 003/2020 |  |
| **8** | Consta manifestação da Assessoria Jurídica da SEMUS (nas hipóteses de cumprimento de decisões proferidas há mais de 30 (trinta) dias, após efetiva consulta às movimentações (eventos) decorrentes da decisão judicial, especificamente, quanto a existência de busca e apreensão de medicamentos, bloqueio de valores necessários à aquisição e/ou expedição de Alvará para levantamento de valores | Nota de Orientação Técnica – SETCI/CGM N° 003/2020 |  |
| **9** | Consta comprovação de compatibilidade do preço a ser contratado com o preço referencial (mercado/CMED/Tabela SUS) através de pesquisa de preços em diversas fontes | Art. 15, § 1º da Lei nº 8.666/93, arts. 23 e 75, § 6º da Lei nº 14.133/2021 e art. 34 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **9.1** | Consta justificativa quanto a razão da escolha do fornecedor ou executante  | Art. 26, parágrafo único, inc. II da Lei nº 8.666/93 e art. 72, inc. VI da Lei nº 14.133/2021 |  |
| **9.2** | Consta justificativa dos preços | Art. 26, parágrafo único, inc. III da Lei nº 8.666/93 e art. 72, inc. VII da Lei nº 14.133/2021 |  |
| **9.3** | Consta documentação de habilitação e de regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor | Art. 27 da Lei nº 8.666/93 e art. 62 da Lei nº 14.133/2021 |  |
| **10** | Consta a regular emissão da(s) Nota(s) de Reserva(s) | Art. 11, § 1º do Decreto Municipal nº 1.031/2015 e Art. 60 da Lei Federal nº 4.320/1964 |  |
| **11** | Consta Minuta de Despacho e minuta de contrato, quando for o caso | Art. 38, parágrafo único da Lei nº 8.666/93 e art. 72, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021 |  |
| **12** | Consta Parecer Jurídico quanto a legalidade da dispensa, minuta do despacho e minuta do contrato, quando for o caso | Art. 38, parágrafo único da Lei nº 8.666/93 e art. 72, inc. III da Lei nº 14.133/2021 |  |
| **13** | Consta como condição prévia à contratação do fornecedor a existência de eventuais proibições de contratar com a Administração Pública | Art. 22 da Lei Federal nº 12.846/2013 |  |
| **14** | Consta publicação do extrato do ato na imprensa oficial | Art. 26 da Lei nº 8.666/93 e art. 72, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021 |  |

**Legenda: S = Sim; N = Não; NA = Não se Aplica.**

|  |
| --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(nome do servidor)(Cargo) |

|  |  |
| --- | --- |
| **ÓRGÃO/ORIGEM**  |  |
| **PROCESSO Nº** |  |
| **OBJETO** |  |

# 19 - CHECK LIST 19

## Bloco: *Despesas Excepcionais da Secretaria Municipal da Saúde- SEMUS*

## Grupo: *Demanda Judicial*

## Tipo: *7.2.2 – Pagamento*

**ANÁLISE DE PROCESSO**

(Instrução Normativa SETCI/CGM Nº 001, de 12 de dezembro de 2022)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **FUNDAMENTO LEGAL** | **S/N/NA** |
| **1** | Consta a regular emissão da(s) Nota(s) de Empenho | Art. 12 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 e art. 58 da Lei Federal nº 4.320/1964 |  |
| **2** | Consta a formalização do termo de contrato ou outros instrumentos hábeis a substituição | Art. 62 da Lei nº 8.666/93, art. 95 da Lei nº 14.133/2022, art. 37 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 e art. 38, inc. X da Lei nº 8.666/93 |  |
| **2.1** | Consta publicação do extrato do contrato | Art. 61, parágrafo único, Lei nº 8.666/93 e art. 91 da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **3** | Consta designação de gestores e fiscais de contrato e publicação da Portaria | Art. 67 da Lei nº 8.666/93, art. 117 da Lei nº 14.133/2022 e art. 38 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **4** | Consta comprovação de cadastro do termo de contrato no Software de gestão de contratos | Art. 39, inc. II, ‘a’ do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **5** | Consta comprovação de envio de informações ao SICAP/TCE | Art. 39, inc. II, ‘b’ do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **6** | O objeto foi recebido provisoriamente para efeito de verificação da conformidade e definitivamente após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação | Arts. 73 e 74 da Lei 8.666/93 e art. 140 da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **7** | Consta a regular emissão da Nota Fiscal  | Art. 63, § 2º, inc. III da Lei nº 4.320/1964 e art. 15, § 2º, inc. III do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **8** | Consta o devido atesto da Nota fiscal  | Art. 15, § 3º, inc. III do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **9** | Consta tombamento de bens patrimoniais | Art. 67 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **10** | Consta relatório de fiscalização emitido pelo fiscal de contrato, quanto o acompanhamento da execução do contrato | Art. 67, § 1º da Lei nº 8.666/93, art. 117, § 1º da Lei nº 14.133/2022 e art. 39, inc. I do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |
| **11** | Consta a comprovação da Regularidade fiscal e trabalhista da contratada | Art. 55, inc. XIII da Lei nº 8.666/93 e art. 92, inc. XVI da Lei nº 14.133/2022 |  |
| **12** | Consta a regular emissão da Nota de Liquidação | Art. 15 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 e art. 62 e 63 da Lei Federal nº 4.320/1964 |  |
| **13** | Consta autorização de pagamento do Ordenador de Despesas | Art. 19 do Decreto Municipal nº 1.031/2015 e art. 64 da Lei Federal nº 4.320/1964 |  |
| **14** | Consta comprovação de inserção das informações no SICAP-LCO referente ao aditivo | Art. 39, inc. II, alínea ‘b’ do Decreto Municipal nº 1.031/2015 |  |

**Legenda: S = Sim; N = Não; NA = Não se Aplica.**

|  |
| --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(nome do servidor)(Cargo) |